

Um manual para formação de professores de Matemática pela CADES e sua perspectiva sobre como ensinar

Marcos Henrique Silva Lopes

*Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
marcoslopesmat@gmail.com*

Luzia Aparecida de Souza

*Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
luzia.souza@ufms.br*

Resumo:

Este artigo apresenta uma pesquisa que foi desenvolvida com foco na análise da obra “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país”, idealizada e produzida pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES, que, entre outras localidades brasileiras, atuou na região sul do estado de Mato Grosso do Sul. A análise deste Manual foi pautada no referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade. Assim sendo, percebeu-se ênfase no conhecimento do professor em relação ao desenvolvimento psicológico, à aprendizagem e à formação da personalidade na adolescência. Discute abordagens didático-pedagógicas em seus diversos aspectos, e propõe sugestões de desenvolvimento de alguns conteúdos matemáticos em sala de aula. Esta investigação contribui para a constituição do campo de pesquisa da História da Educação Matemática, e, mais especificamente, para a discussão acerca da historiografia da formação de professores de Matemática, no Brasil.

Palavras-chave: Formação de professores; História da Educação Matemática; CADES; Mato Grosso do Sul; Hermenêutica de Profundidade.

1. Introdução

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa¹ (LOPES, 2015) que buscou fomentar e contribuir com os estudos e discussões acerca da formação de professores de Matemática no Brasil. Nessa perspectiva, desenvolvemos uma investigação de cunho historiográfico, inserindo-a no campo da História da Educação Matemática. Esta pesquisa integra os estudos, esforços e ações do Grupo HEMEP². Esse Grupo busca investigar práticas de formação e/ou atuação de professores que ensinam e/ou ensinaram Matemática na região

¹ Financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

² O Grupo “História da Educação Matemática em Pesquisa” - HEMEP foi criado no ano de 2011, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico - CNPq e certificado pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Site: www.hemep.org.

sul do estado de Mato Grosso Uno³ e, após o desmembramento desse estado, em Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, empreendemos uma análise da obra “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país” (SIQUEIRA *et al*, s/d), a qual era destinada à formação de professores que iriam lecionar, ou já ministravam aula de Matemática no Ensino Secundário⁴, e compunha uma coleção⁵ de manuais idealizada e produzida pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES. Essa campanha foi instituída em 1953, com atuação em diversas localidades, principalmente nas afastadas dos centros urbanos do país, em especial, na região sul do estado de Mato Grosso Uno.

Uma vez que a produção do referido Manual foi idealizada pela CADES, a análise do mesmo teve como objetivo buscar compreensões acerca de suas propostas para a formação de professores de Matemática. Para desenvolvermos esse exercício analítico, pautado em uma perspectiva historiográfica, foi mobilizado o Referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP, desenvolvido por John B. Thompson.

2. Perspectiva teórico-metodológica

Considerando que esta investigação foi desenvolvida a partir de uma perspectiva historiográfica, nos apoiamos na ideia apresentada por Albuquerque Junior (2007), de que o passado é caracterizado como uma invenção constituída no presente, subsidiada por signos deixados pelo mesmo. Desse modo, os signos reconhecidos pelo pesquisador são tomados como fontes históricas e podem contribuir para esse processo de criação historiográfica.

Nesse sentido, concebemos que, em qualquer investigação, o que se constrói são histórias, verdades múltiplas, e, de acordo com o que Garnica e Souza (2012) afirmam, efetivamente, há “versões históricas” que

[...] devem ser construídas legitimamente, plausivelmente, ainda que não haja convergência entre as versões. [... As diversas versões históricas] podem reforçar ou

³ A expressão “Uno” é utilizada, nesse texto, para fazer referência ao estado de Mato Grosso antes do desmembramento do atual estado de Mato Grosso do Sul, ocorrido em 1977. (BRASIL, 1977).

⁴ À época da instituição da CADES, o Ensino Secundário era dividido em dois Ciclos: no primeiro, era ofertado o Curso Ginásial, com duração de quatro anos, e no segundo, eram ofertados dois cursos paralelos: Curso Clássico e Curso Científico, ambos com duração de três anos (BRASIL, 1942).

⁵ A partir de Baraldi e Gaertner (2013) identificamos outros volumes que integram tal coleção de manuais, sendo que esses fazem referência às disciplinas de Português, Desenho, Inglês, Francês e Latim.

contradizer outras versões, e todas são versões legítimas se constituídas de modo fundamentado, plausível, argumentado. Assim, defendemos que o que rege a elaboração de versões historiográficas não é a veracidade, mas a plausibilidade. (GARNICA; SOUZA, 2012, p. 21-22).

Desse modo, as histórias são singulares e circunstanciais e, sendo um exercício do tempo presente, articulam diferentes temporalidades com um cuidado constante em evitar anacronismos. Diante disso, consideramos que durante o exercício de construção de uma versão historiográfica plausível, a atuação do pesquisador é fundamental na articulação dos indícios deixados pelo passado, uma vez que estes não trazem consigo respostas definidas previamente, mas são passíveis de serem interrogados e atribuídos significados pelo pesquisador, tendo como fundamento questões que são propostas no presente.

Haja vista que, nossa investigação tinha tais pressupostos como fundamento, e, em consonância com suas concepções, adotamos o Referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP, que foi desenvolvido para o estudo, análise e interpretação de formas simbólicas (THOMPSON, 1995), para analisarmos o Manual, uma vez que, para esse autor, as formas simbólicas permeiam o mundo social e são produzidas, transmitidas, recebidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais e históricos estruturados de um modo específico.

Thompson (1995) elenca cinco aspectos que constituem as formas simbólicas, e ao caracterizá-los pode-se ter a dimensão significativa das mesmas, a saber: intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Esses aspectos subsidiam o exame daquilo que envolve uma interpretação das formas simbólicas, e, segundo Pardim (2013, p. 26), “Os quatro primeiros aspectos se referem ao significado assumido pela forma simbólica, e o quinto aspecto nos direciona para suas características socialmente estruturadas”.

A HP apresenta três dimensões analíticas, denominadas como: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/(re)interpretação (THOMPSON, 1995). Ressalta-se, porém, que, segundo Andrade (2012),

A divisão didática [...] é um modo de apresentação dos processos a serem percorridos numa hermenêutica, mas tais momentos não são nem estanques, nem lineares, ou seja, ocorrem concomitantemente, interrelacionando-os e produzindo cada um deles - e a própria interpretação - não como resultado, mas como processo. (ANDRADE, 2012, p. 42).

Acerca disso, também consideramos que há diversas possibilidades de ordenação da apresentação didática de cada um desses processos, e cabe ao hermenêuta optar pela ordem que represente seu próprio movimento de investigação.

Em relação à análise sócio-histórica, Thompson (1995) destaca cinco aspectos básicos a serem observados e que são significativos para a compreensão do contexto de produção e disseminação das formas simbólicas, a saber: as *situações espaço-temporais*, os *campos de interação*, as *instituições sociais*, a própria *estrutura social* e os *meios técnicos de construção e transmissão* da “mensagem” que a forma simbólica “quer transmitir”. Vale ressaltar que, cada um deles é voltado a um foco específico, mas se constituem de forma entrelaçada.

A análise formal ou discursiva tem como foco central, a forma simbólica propriamente dita. Segundo Andrade (2012, p. 37), “[...] esse é o momento de olhar para as estruturas da forma simbólica, de olhar como essa estrutura ‘funciona’ de modo a constituir o objeto mais amplo, além de investigar as relações entre os elementos dessa estrutura”. Em nossa investigação, nesse momento analítico, também recorreremos aos Paratextos Editoriais (GENETTE, 2009), como um instrumento para analisar os elementos internos do Manual em sua materialidade, como formato, capa, título, subtítulos, data da obra, nomes dos autores, apresentação, títulos dos capítulos, notas, etc.

A interpretação/(re)interpretação constitui um momento da análise, de explicitação sistemática de uma compreensão plausível acerca da forma simbólica. Tal compreensão é gerada pela atribuição de significados, concebida a partir de todo um movimento de processo interpretativo contínuo no qual todos os momentos da análise são envolvidos.

3. O contexto de produção do Manual

O Manual que analisamos teve sua produção idealizada pela CADES, que foi instituída em 1953 (BRASIL, 1953), poucos meses após a “criação” do Ministério da Educação e Cultura⁶ - MEC, sendo que seu regimento foi aprovado no ano seguinte (BRASIL, 1954). Essa Campanha foi idealizada por Armando Hildebrand⁷ que, naquele

⁶ Em 1953, o Ministério da Saúde foi criado, e com isso o, até então, Ministério da Educação e Saúde passou a denominar-se Ministério da Educação e Cultura.

⁷ Armando Hildebrand (1917-1994) foi uma figura de relevo na política educacional brasileira. Fundou e dirigiu a Fundação do Ensino Secundário (1954), hoje Fundação Brasileira de Educação - FUBRAE. Segundo Baraldi e Gaertner (2013), Hildebrand teve sua formação pedagógica influenciada pelas ideias de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, que foram os principais precursores, no Brasil, do movimento conhecido como Escola Nova. Hildebrand permaneceu como diretor do Ensino Secundário até 1956.

momento, gerenciava a Diretoria do Ensino Secundário - DES (Órgão vinculado ao MEC). Vale ressaltar que, a CADES foi instituída durante o segundo governo presidencial de Getúlio Vargas⁸, sendo que esse período ficou conhecido pelo impulso nacionalista ao desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira.

Em decorrência do crescente incentivo à industrialização nacional, houve o aumento da demanda de força de trabalho minimamente diplomada. Diante disso, ocorreu expansão, tanto no quantitativo de estabelecimentos de Ensino Secundário, quanto no de matrículas nesse nível de ensino. Em 1932, havia, no país, 342 estabelecimentos de Ensino Secundário, com 65.000 alunos. Já em 1954, registrava-se 1.771 estabelecimentos - sendo 714 colégios -, com 536.000 alunos, e no próprio ano de 1957, o índice do crescimento no número de matrículas foi superior a 500% (REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA, 1957).

Entretanto, no que refere ao corpo docente, não havia o quantitativo proporcional para atender essa demanda, principalmente, com a devida habilitação (a qual era ofertada nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, também em número bastante reduzido em relação à demanda existente), o que, conseqüentemente, possibilitou que professores sem formação específica para exercerem o magistério no Ensino Secundário fossem “recrutados” para lecionar.

Diante de tal panorama, a CADES inicia suas ações, tendo como foco o aperfeiçoamento de pessoal, sendo que sua maior preocupação era o problema da improvisação de professores, ou seja, a falta de formação específica dos docentes atuantes no Ensino Secundário (PINTO, 2003). Sendo assim, essa Campanha teve como principais frentes de atuação: a oferta de Cursos de Orientação para os candidatos inscritos no Exame Suficiência⁹ e a produção de materiais relacionados a diversas disciplinas do Ensino Secundário, sendo que, “[...] os cursos de orientação de professores, [...] transformaram-se, então, no carro-chefe das atividades desenvolvidas pela CADES” (ibid, p. 757).

⁸ Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) governou o Brasil em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.

⁹ Em síntese, o Exame de Suficiência foi uma medida emergencial que o Ministério da Educação e Saúde adotou, em 1946, para tentar suprir a demanda de professores para atuarem no Ensino Secundário, principalmente nas regiões afastadas dos centros urbanos. Esse Exame consistia em prova escrita, prova didática, e prova prática, se fosse o caso. Contudo, devido ao alto índice de reprovação no mesmo, em 1955, é criada uma lei que condicionava a submissão ao referido Exame, à participação do candidato nos Cursos de Orientação da CADES. Cf. Lopes (2015).

A partir de 1956, Gildásio Amado¹⁰, substituiu Armando Hildebrand na DES, ocorrendo ampliação das ações da CADES, tendo em vista a difusão e abrangência do Ensino Secundário em todas as regiões do país, uma vez que, em 1957, o país já contava com 2.270 estabelecimentos de Ensino Secundário sob fiscalização da DES, com 668.845 alunos matriculados (GOMES, 1958).

A partir desse momento, segundo Oliveira (2009), a CADES começou a “conhecer o Brasil”, sendo que suas ações “[...] concentraram-se na organização de cursos de treinamento de professores, de simpósios e de jornadas para capacitação de técnicos, além de publicação para a formação de professores [...]” (ibid, p. 105).

4. A CADES no sul de Mato Grosso Uno

Vestígios da atuação da CADES na região sul do estado de Mato Grosso Uno foram encontrados em registros referentes à implementação de Cursos de Orientação para os candidatos inscritos no Exame de Suficiência, para registro de professores do Ensino Secundário, nas cidades de Campo Grande¹¹ (1957, 1958, 1959, 1962, 1963, 1964, 1966, 1968) (PESSANHA; ASSIS, 2011); 1965 (JORNAL CORREIO DO ESTADO, 1965); 1967 (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, 1966; SCHMID, 1967¹²); 1969, 1970 (CDR/UFGD¹³), Corumbá (1967) (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, 1966; POZZI, 2006) e Dourados (1968) (CDR/UFGD). Apenas em 1963 e 1969 não é explicitado que houve o referido curso para a disciplina de Matemática.

Notamos que, durante mais de uma década a CADES, por meio de seus cursos, se fez presente nessa região, sendo que a disciplina de Matemática sempre foi contemplada. Assim, inferimos que, de alguma maneira, esses professores tiveram suas formações e/ou atuações docentes diretamente relacionadas aos referidos Cursos.

Outra ação de destaque da CADES foi a produção, publicação e veiculação de obras relacionadas, entre outras, à formação matemática e didático-pedagógica de professores. Embora, não termos encontrado qualquer informação mais específica acerca da distribuição

¹⁰ Gildásio Amado (1906-1983) dirigiu a DES em dois períodos: de 1956 a 1963 e de 1964 a 1968. Antes de assumir a DES, foi diretor do Colégio Pedro II entre 1947 e 1956.

¹¹ A cidade de Campo Grande possuía bastante destaque nessa região e tornou-se a capital do estado de Mato Grosso do Sul, quando da criação deste (BRASIL, 1977).

¹² Certificado de Autorização para lecionar, expedido pela CADES, concedido a Rodolpho Schmid.

¹³ Centro de Documentação Regional - CDR - da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

dos materiais produzidos e publicados pela CADES, há indicativos de que estes teriam sido distribuídos a cursistas e instituições responsáveis pela oferta dos referidos cursos em Campo Grande, sendo sugerido que os mesmos fossem utilizados pelos professores.

5. Um Manual de “Como ensinar Matemática...”

Em busca de obras produzidas e/ou publicadas pela CADES, relacionadas à formação matemática e didático-pedagógica de professores de Matemática do Ensino Secundário, encontramos em Baraldi e Gaertner (2013) a identificação de sete obras. Após uma análise panorâmica em cada uma, constatamos que a maioria consistia em monografias vencedoras do Concurso “Dia do Professor”, e que, segundo Lima (1960, p. 9-10), “[...] estimulou, enormemente, o aparecimento de bibliografia especializada”. Nesse concurso, professores submetiam trabalhos originais sobre didática, e os vencedores, entre outros prêmios, tinham seus trabalhos publicados pela CADES.

Haja vista que o objetivo de nossa pesquisa foi analisar uma obra que tivesse sido idealizada e produzida pela própria CADES, foi selecionada, para análise, a obra: “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior no país” (SIQUEIRA *et al*, s/d), a primeira obra referente à disciplina de Matemática publicada pela CADES, dentre as apresentadas por Baraldi e Gaertner (2013), sendo publicada entre novembro de 1955 e janeiro de 1956, ou seja, logo nos primeiros anos de implementação da CADES.

A produção desse Manual foi orientada (planejada) por Armando Hildebrand, e coordenada por Déa Velloso Maurício. Sua estrutura é dada do seguinte modo: Capa, Folha de rosto, Índice, Apresentação, Parte I e Parte II. A “Apresentação” foi escrita pelo próprio Armando Hildebrand, que tece algumas considerações acerca das iniciativas que o MEC vinha desenvolvendo com o intuito de “assistir o professor”, principalmente àqueles a quem atribui a maior necessidade de assistência: o professor que atua nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos do país. Nesse sentido, Hildebrand se refere à coleção de manuais da qual faz parte a obra analisada nessa pesquisa, como parte do “programa de assistência ao professor”.

Em seguida, o Manual é dividido em duas partes¹⁴. A Parte I, intitulada “Noções de Didática Geral e seus Fundamentos”, contém 78 páginas, compreendendo quatro capítulos que abordam temáticas relacionadas ao Ensino Secundário em geral: “Funções e Objetivos da Escola Secundária”, escrita por Cleantho Rodrigues Siqueira (13 páginas); “Noções de Psicologia dos adolescentes”, escrita por Emilio Mira y Lopez (13 páginas); “Noções de Psicologia da aprendizagem”, escrita por Ethel Bauzer Medeiros (28 páginas), e “Noções de Didática Geral”, escrita por Imídio Giuseppe Nérici (22 páginas). A segunda parte, que ocupa as 33 páginas finais do Manual, sendo identificada como “Didática Especial da Matemática” foi escrita por Roberto José Fontes Pacheco. Essa parte apresenta três subdivisões: “Objetivos da Matemática; Recomendações sobre a Didática da Matemática, e Sugestões sobre dificuldades de alguns pontos do Programa de Matemática”.

Desse modo, nos colocamos a estudar e analisar essa obra, por acreditar que este foi “[...] suporte material de escrita e de leitura e de difusão e circulação de ideias” (SOUZA, 2007, p. 172), no âmbito do Ensino Secundário em um determinado contexto. Além disso, por se tratar de um “manual”, concebemos que, conforme afirma Valdemarin (2007), para o historiador da educação, estes revelam um sistema de orientação de práticas, pois, por meio destes, ocorre uma seleção “natural” acerca do que o professor deve aprender e, conseqüentemente, do que ele deve ensinar, e como fazê-lo. Desse modo, segundo Oliveira (2008, p. 4), “O método proposto por esses manuais é importante para se estudar a história das ideias pedagógicas, específicos em determinados contextos, podendo diferenciar-se em cada momento histórico”.

Além disso, o manual também é produto cultural (MAGALHÃES, 2006), e, assim sendo,

[...] na medida em que simboliza uma construção cultural, estrutura o acto do conhecimento, materializa a relação pedagógica e configura o campo epistémico-pedagógico da cultura escolar, o manual constitui um caso particular da produção bibliográfica e desafia a uma historiografia específica. (MAGALHÃES, 2006, p. 6).

Nessa perspectiva, buscamos analisar os elementos culturais e pedagógicos presentes no Manual de Matemática da CADES não necessariamente por conta de seu possível uso, mas

¹⁴ Pela descrição feita por Baraldi e Gaertner (2013), inferimos que os outros manuais que compunham tal coleção possuíam a mesma estrutura desse, sendo a Parte I comum a todos, e a Parte II era específica de cada disciplina, sendo escrita, em geral, por um autor diferente. Identificamos que José Sennen Bandeira escreveu a Parte II dos Manuais de Português e Desenho, e Adolphina Portella Bonapace, a Parte II do Manual de Francês.

por conta de seu significado diante de uma proposta de formação e certificação de professores no país.

6. Uma interpretação do Manual

A situação vivida pelo sistema educacional, principalmente no que se refere ao Ensino Secundário, era preocupante devido, entre outros aspectos, à qualificação dos professores que atuavam nesse nível de ensino, principalmente nas regiões afastadas dos centros urbanos do país, tendo sido este um dos principais motivos que levou a DES a criar a CADES.

O perfil de formação desses professores era, predominantemente, de engenheiros, médicos, padres, advogados, e professores leigos. Assim, o cenário da formação e atuação de professores no início da década de 1950 era de carência e urgência (GARNICA, 2010). Havia a carência de professores habilitados em Faculdades de Filosofia, para atuarem no Ensino Secundário, assim como havia a urgência de formação mínima, como exigência legal, dos que lecionavam nesse nível de ensino.

No que se refere às publicações relacionadas à disciplina de Matemática, uma vez que esse Manual foi idealizado pela CADES, concebemos que o mesmo expressa discussões educacionais privilegiadas por essa Campanha e disseminadas em um contexto mais amplo no país e no exterior (como apontam algumas de suas referências). Essa expressão ocorre, em termos de propostas - já que não foram encontrados registros da efetiva mobilização desse Manual na região sul do estado de Mato Grosso Uno.

Ao analisar o Manual, percebemos a preocupação em torno dos conhecimentos e práticas que os professores deveriam¹⁵ ter para que suas atuações no processo de ensino e aprendizagem tivessem êxito e, portanto, os objetivos do Ensino Secundário fossem alcançados, sendo que, estes, estabelecidos pela “Lei Orgânica do Ensino Secundário”, em 1942, estavam pautados primordialmente em formar a personalidade do adolescente. Nesse sentido, o Manual analisado apresenta ênfase demasiada em aspectos relacionados à Psicologia, tanto do adolescente, quanto da aprendizagem, dedicando um capítulo exclusivamente, para discussão acerca de cada uma dessas temáticas.

¹⁵ Pelo Manual analisado perpassa uma perspectiva prescritiva, mais suavizada em alguns textos, em que são indicadas ações de um “bom professor”, e mais forte em outros, como exemplo o uso do Quadro-negro.

7. Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. *História: a arte de inventar o passado - ensaios de teoria da História*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2007.

ANDRADE, M. M. *Ensaio sobre o ensino em geral e o de matemática em particular, de Lacroix: análise de uma forma simbólica à luz do referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade*. 2012. 281f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro.

BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. *Textos e contextos: um esboço da CADES na história da educação (matemática)*. Blumenau: Edifurb, 2013.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. *Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário*. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano XCII, nº 267, 1953.

BRASIL. *Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. 1942*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25. mar. 2013.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. *Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ano CXV, nº 196, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Portaria Ministerial nº 170, de 26 de março de 1954*. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano XCIII, nº 74, 1954.

CADES: 150 professores inscritos nos cursos em Campo Grande. *Jornal Correio do Estado*. Campo Grande, 6. Jan. 1965. 1965.

CURSOS da CADES em janeiro. *Jornal O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, Ano XXVIII, n. 4.982, 25. Nov. 1966. p. 1, 3. 1966.

GARNICA, A. V. M. Presentificando ausências: a formação e a atuação dos professores de Matemática. In: CUNHA, A. M. de O. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L. A. de. *Elementos de História da Educação Matemática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GENETTE, G. *Paratextos Editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial. 2009.

GOMES, T. T. Nossa rede escolar secundária. *Revista Escola Secundária*, Rio de Janeiro: CADES; Rio de Janeiro, n. 6, p. 117-120, set. 1958.

LIMA, L. de O. Uma nova forma de atuação regional do Ministério da Educação. *Revista Escola Secundária*, Rio de Janeiro: CADES, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-11, jun. 1960.

LOPES, M. H. S. “*Como ensinar Matemática no Curso Ginásial*”: um manual da CADES e suas propostas para a formação de professores de Matemática. 2015. 262f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

MAGALHÃES, J. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural - para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Sísifo - Revista de ciências da educação*, 1, p. 5-14, 2006. Disponível em: <<http://www.sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 10. ago. 2014.

OLIVEIRA, S. S. de. *A história da disciplina escolar francês no Colégio Estadual Campo-grandense (1942-1962)*. 2009. 252f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

OLIVEIRA, S. S. de. O Manual de Didática de Francês da CADES: uma análise para o estudo de disciplina escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V., 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju: SBHE/UFSE/Unit, 9-12, nov. 2008. p. 1-14.

PARDIM, C. S. *Orientações Pedagógicas nas Escolas Normais de Campo Grande*: um olhar sobre o manual metodologia do ensino primário, de Theobaldo Miranda Santos. 2013. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

PESSANHA, E. C.; ASSIS, W. da S. *Arquivos digitalizados da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (Campo Grande/MS)*. DVD. Campo Grande, 2011.

PINTO, D. C. CADES e sua presença em Minas Gerais. CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, II., 2003, Uberlândia, *Anais...*, Uberlândia, 6-9, maio. 2003. p. 752-762.

POZZI, A. *O processo de implantação do ensino superior na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul – Corumbá: (1961-2002)*. 2006. 114p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA. A nossa revista. *Revista Escola Secundária*, Rio de Janeiro: CADES, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-7, jun. 1957.

SIQUEIRA, C. R.; LOPEZ, E. M. y; MEDEIROS, E. B.; NÉRICI, I. G.; PACHECO, R. J. F. *Como ensinar Matemática no Curso Ginásial*: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país. São Paulo: Cruzeiro do Sul, s/d.

SOUZA, R. F. de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, M. L. A. (Org). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VALDEMARIN, V. T. Interfaces de pesquisa sobre manuais didáticos. In: BENCOSTA, M. L. A. (Org). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.